

UTOPIAS DE UMA METRÓPOLE ATIVA: POSSIBILIDADES DE LIBERDADE E DE CRIAÇÃO

Samira Pedutti Kahil¹

Resumo: A recusa de um pensamento filosófico promove conformidade na sociedade e a perda de um fundamento ético-racional para legitimar seu agir moral. Contra o caráter instrumental do pensamento científico e o ensino do espaço geográfico como forma cristalizada, nossa proposta neste artigo é uma reflexão que instigue o debate sobre a vida na Metrópole, sobre o lugar, sobre o espaço geográfico. Uma reflexão que abra as possibilidades de, através de uma geografia renovada, recuperarmos o pensamento crítico-reflexivo e criativo e assim, ampliarmos as possibilidades de recuperar o *sentido* do lugar de todo mundo. A Metrópole ativa pode ser considerada o lugar privilegiado das possibilidades de realização de uma nova história, um lugar onde se abram hoje as possibilidades de reabilitarmos a liberdade, as possibilidades de a cidadania local se regenerar e gerar uma cidadania federal. E talvez isso tudo seja uma utopia, mas precisamos ser intelectuais destemidos e recuperarmos os *sentidos* dessa palavra, entre outras tantas e tão mal tratadas palavras em nosso país, se nossa pretensão é encontrarmos, em nossa atividade de pesquisa e extensão acadêmica, caminhos de ação e intervenção.

O LUGAR: O SENTIDO PERDIDO

Hoje, nesse momento crepuscular de um grande ciclo civilizatório que é nossa modernidade tardia, quando tudo se converte em simulacro, quando com alegre desdém descartamos a “vontade de verdade” e estigmatizamos como “ridículo” o espírito de seriedade e, com que alívio nos desfazemos daquela antiga transcendência, do incômodo Absoluto e “pensamos poder fazer o que quisermos” e ainda, a despeito das constatações de aceleração do ritmo ou da velocidade das transformações do mundo, temos a impressão de que nada muda e nem mesmo podemos mudar algo em nossa vida social (LIPOVETSKY, 1983; NIETZSCHE, 1978).

A força irradiadora das transformações conduzidas por um “mercado livre” que se mostra global e eficientemente superior, não representa, como nos fazem crer, nem a única, nem a primeira força impulsora do atual estado de desorientação da sociedade. Nem mesmo o impasse ou a configuração infeliz de nossa vida social podem ser atribuídos simplesmente às circunstâncias políticas. Ao contrário, o impasse, a crise, a imobilidade, que se abrigam nas camadas mais profundas da civilização ocidental moderna, são, contraditoriamente ao seu destino de civilização logocêntrica, a perda de um fundamento ético-racional para legitimar o seu agir moral.

¹ Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, IGCE, UNESP, Campus Rio Claro. Publicado originalmente no livro *A Metrópole e o Futuro: Refletindo sobre Campinas*. Campinas, Edições Territorial, 2008. Organizado por Maria Adélia Aparecida de Souza. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 10(2): 37-48, jul./dez. 2012 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

“A imobilidade das coisas que nos cercam talvez lhes seja imposta pela nossa certeza de que essas coisas são elas mesmas e não outras, pela imobilidade do nosso pensamento perante elas” (PROUST, 1981, p.13).

Aprendemos da filosofia de Ortega y Gasset que as coisas não existem separadamente de nós, mas ocorrem em nossa vida e que a realidade não é nem o mundo nem o eu, mas a relação de um com o outro (ORTEGA Y GASSET, 1963, p. 41).

Entre um e outro, entre o turbilhão das aparentes transformações do mundo contemporâneo e o lento despertar do homem - um anacronismo impede o calendário dos fatos de coincidir com o dos sentimentos. De nossa parte, acreditamos que somente quando aqueles dois pólos cronologicamente longínquos, à maneira de um arco voltaico se tocarem, encontrar-se-ão juntas razão e emoção.

A não compreensão por parte daquelas ciências caudatárias muitas vezes ainda de modelos de interpretação tradicionais, do caráter constitutivamente histórico das coisas, levou a um obscurantismo do sentido de racionalidade que parece, assim, servir somente para fins destrutivos ou ter se colocado à disposição do poder.

Nesse sentido reprimimos, sacrificamos nossa reivindicação de um fundamento racional para nosso agir e condenamos a moralidade ao decisionismo subjetivista – porque tememos ser tachados de “moralistas”, circunscrevemos a discussão sobre a moralidade ao domínio da vida privada e, porque, afinal, gosto não se discute, a crítica e a oposição, que constituem coisa de mau gosto, são banidas dos *campus* e dos laboratórios.

Semelhante degeneração não é imputável, porém, ao abuso de poder por parte da razão, mas antes ao seu *déficit*.

Começamos este nosso texto assim, revestindo-o de um ar dramático e moralista, certamente para justificarmos a desmesura de nossa ambição filosófica, em sua intenção de radicalidade, de não contentar-se com a prudente análise dos casos concretos para abismar-se na raiz e no fundamento de nossas interrogações e impasses.

É, pois, com esse espírito que vimos tratando nossos temas de pesquisas e de ensino do espaço geográfico, na universidade. Especialmente temos recorrido aos estudos e às reflexões sobre o lugar. Dessa linha de pesquisa, este artigo é parte de uma investigação que vimos realizando durante toda nossa vida acadêmica, uma reflexão que se quer atrevida, contra o caráter instrumental do pensamento científico e o ensino do espaço geográfico como forma cristalizada. Portanto, nossa proposta é a de trazer para este Encontro Internacional de Extensão, da Pesquisa e Pós-graduação uma reflexão que instigue o debate sobre a vida na Metrópole, sobre o lugar, sobre o espaço geográfico e que, ao mesmo tempo, seja uma contribuição para uma explicação, e quiçá interpretação do enigma que é este nosso país. Uma reflexão que abra as possibilidades de, através de uma geografia renovada, recuperarmos o pensamento crítico-reflexivo e criativo ao jovem pesquisador, qualquer idade tenha ele, e também, assim, ampliarmos as possibilidades de recuperar o *sentido* do lugar de todo mundo.

Assim, a despeito da situação crítica do sistema educacional brasileiro e diante das condições atuais, quando o trabalho intelectual genuíno se encontra ameaçado de extinção, o imperativo da informação banalizada subordina o

pensamento às lógicas do mercado e o saber técnico e as especializações têm preponderância sobre o saber social e filosófico, é indispensável estarmos ainda mais preparados intelectualmente para romper a rigidez dos currículos e práticas de ensino e pesquisa, para resistir e subvertermos essa ordem fundada numa razão instrumental cujos fins são apenas aqueles que interessam à economia e à política de alguns, em detrimento da maior maioria.

Os itinerários são muitos. De nossa parte, como geógrafos e educadores, o propósito de contribuirmos para a consolidação de uma nação forte de cidadãos livres, torna imprescindível acrescentarmos à tarefa do entendimento do mundo, uma abordagem existencial e ética muito estritamente ligada ao senso de solidariedade e responsabilidade tão em falta, tão necessários à justa sociedade que aspira ser o Brasil.

Hoje, depois dos já indevidamente prolongados e sucessivos “teoremas anti-iluministas” que desconfiam e suspeitam das idéias de “humanidade” ou de “humanismo”, e se tornaram lugar suficientemente hospitaleiro para acolher todas as diferenças, reduzindo o debate filosófico-científico a uma longa conversação sobre o gênero humano, ou reduzindo o debate a um cerrado confronto maneável porque as divergências são compostas de maneira elegante e tolerante que evita, cuidadosamente, aprofundar as questões, considerando simplesmente “loucos” aqueles que optam por uma radicalidade crítico-filosófica, sem demora é preciso retomar uma perspectiva humanista renovadora, que é a contrapartida ética àquela razão cientificista e cínica.

No lugar das teorias filosóficas que iam à procura de um modelo de rigor absoluto nos inexoráveis procedimentos da ciência, entra um saber sem fundamentos, que encontra nos rituais epistemológicos práticas consoladoras tendentes a eliminar as inevitáveis incertezas denunciadas pela “crise da razão”. Deixamos de ser ortodoxos e adotamos a ortopraxis como o único critério para guiar nossos juízos de valor (RORTY, 1997).

Nessa mesma direção, bifurcou-se o debate ético-político entre os que defendem um individualismo liberal, em que são soberanas as opções livres e arbitrarias dos indivíduos e os que defendem um coletivismo estatal, em que a burocracia é soberana para limitar precisamente as opções livres e arbitrarias dos indivíduos (MACINTYRE, 2001).

Dilacerados os invólucros protetores do indivíduo – autonomia subjetiva, família, amor, amizade, solidariedade de classe –, este fica reduzido à mera função de portador dos mecanismos econômicos e a comunhão entre indivíduos agora privados de espontaneidade e de laços afetivos profundos ocorre por meio da falsa vizinhança, de uma “camaradagem de empurrões” (ADORNO, 1993).

Na base desse invisível desastre histórico está a separação moderna entre a teoria e a práxis, entre ciência e moral, entre razão e emoção que, no longo itinerário da civilização ocidental, acaba por se traduzir na maior aporia da modernidade: o esquecimento de que “a razão científica (teórica) e a razão ética (prática) são ambas faculdades humanas” (HÖFFE, 1991).

O prevalecer da moderna convicção de que o homem conhece somente aquilo que faz conduz logo ao definitivo privilegiamento do fazer (produção de um mundo artificial de coisas) sobre o agir (“única atividade que põe em relação direta os homens sem a mediação de coisas materiais”); conseqüentemente, conduz à completa desvalorização de toda forma de pensamento que não se traduza imediatamente em ação (ARENDRT, 1991).

Da aquiescência sem crítica à ciência que tudo faz sem se perguntar se tais práticas são justas e desejáveis, uma vez que todas as decisões econômicas e políticas passam por soluções técnicas, tem resultado um processo em que a cultura, que queria significar reunião de um povo morigerado e *humanus*, um misto de erudição e urbanidade, abandona o ideal de reflexão, contemplação e autonomia do pensamento para se estabelecer sob os auspícios da mídia que proscree o esforço intelectual em nome da “facilidade” e exalta o mercado como sucedâneo da busca de felicidade (MATOS, 2004).

No curso dessa “tragédia”, a racionalidade científica acentuou ainda mais o seu caráter fragmentário e instrumental. A democracia, como esforço conjunto de ações e deliberações é substituída por *lobbies* e pelo monopólio das informações disponíveis na mídia. Intimamente relacionadas - essa tecnociência e a mídia -, tudo corrobora para que o indivíduo, assim por elas e para elas “formado”, não tenha pensamento próprio, o que o exime de responsabilidade (indiferença moral), torna-o passivo e apático politicamente; tudo em nome de seu bem-estar. “Nunca uma época esteve tão disposta a suportar tudo e, ao mesmo tempo, achar tudo tão intolerável” (AGAMBEN, 2002).

De um projeto de modernidade centrado no homem, no indivíduo, no cidadão, em sua dignidade e liberdade coletivas, a sociedade contemporânea mergulhou na esquizofrenia de um individualismo exacerbado que cultua a eficácia e o sucesso, o pânico e a concórdia, o consumo e o espetáculo, o realismo delirante das imagens desreferenciadas e o presente embaralhado e breve. Isso talvez nos autorize afirmar que vivemos uma situação crítica, uma época pós-dever, sem obrigações ou sanções morais, isto é, uma sociedade “pós-moralista”. Dos espaços públicos onde a razão ética e teórica pôde se constituir em Políticas tão amplas que seus limites se confundiam com os limites humanos, encontramos num espaço privado de razão, de sentido (WOLFF, 2000). Isso talvez nos autorize afirmar que nosso tempo é pós-humanista.

Assim, perdemos o sentido do nosso estar no mundo, o sentido de lugar. Encontramos-nos desorientados porque desamparados racionalmente diante do nosso próprio desejo de agir moralmente e também porque o ideal programático da modernidade de construir uma moral do indivíduo emancipado e a ética da razão crítica, se perdeu.

Dar sentido à própria vida é um empreendimento árduo. Hoje, quando se amplia de maneira inaudita a esfera dos efeitos inesperados de toda ação e, dada a extrema dilatação do âmbito da objetividade, a racionalidade inserida nos objetos técnicos toma lugar da consciência, quando “a técnica na sua objetividade tomou um caminho próprio, mais rápido do que a possibilidade de desenvolvimento das pessoas”, a racionalidade tende a carecer de sentido e o sentido a carecer de racionalidade (SIMMEL, 1984). Mais que nunca é preciso estender o raio de nossas responsabilidades e mais que nunca a reflexão constitui uma obrigação iniludível.

O RECADO DO LUGAR: UMA PEDAGOGIA REVELADORA DA EXISTÊNCIA DO MUNDO

A velocidade com que o homem transforma o mundo está a nos exigir vitalidade, um esforço revolucionário de nossa própria razão. A despeito de a multiplicidade cada vez maior das ciências particulares permitir acumularem-se um corpo de fatos e informações espantosamente rico; a despeito de os nossos

instrumentos técnicos para observação e experimentação serem imensamente aperfeiçoados, essas riquezas, contudo, não são necessariamente riqueza de pensamentos. Continuamos perdidos em uma massa de dados desconexos e desintegrados que parecem carecer de toda unidade conceitual (CASSIRER, 1994, p.43).

Subsumidos que estamos à racionalidade instrumental, com ligeireza nos desfazemos da tarefa de pensar criticamente, isto é, recusamo-nos a nos colocar diante do que existe a partir de um nível mais alto de abrangência e, por conseguinte, com visão mais totalizadora das coisas, o que permitiria enxergarmos diferentes caminhos e não um só.

A recusa de um debate mais geral, a recusa do pensamento filosófico, do pensamento crítico, produz uma conformidade na sociedade. Isso também se deve à distorção do processo de educação.

Uma característica marcante do pensamento do jovem aprendiz, qualquer idade tenha ele, diz-nos Piaget, é sua capacidade de questionar o real, subverter o real, desenvolver o pensamento abstrato que leva a inteligência do homem para além da superfície das coisas, produzindo teorias sobre o real. É o momento em que o homem torna-se capaz de dar explicações, construir modelos, sistemas, conceber o mundo, transformar o real, atividade que exerce mesmo com grande entusiasmo. É assim que o homem consegue fazer saltar à luz da compreensão a intimidade mais profunda dos fenômenos. É com a teoria que o homem consegue enriquecer, no final das contas, a estrutura do real (LIMA, 1984).

E, não há como escaparmos. De alguma forma irá manifestar-se, no adolescente, a operatividade desse tipo de pensamento. Se reprimirmos a discussão dos jovens sobre a reformulação do mundo (reformulação técnica, moral, jurídica), ou eles caminham para um processo de constituição de projetos clandestinos de atuação, ou, simplesmente enchem-se de entorpecentes, real ou simbólico, em protesto contra a resistência à sua participação na reorganização do mundo.

Mas como pode a Geografia ajudar-nos a encontrar o caminho que nos leve a uma nova moral, uma ética para as instituições sociais, um modelo cívico para o país?

Pensar o espaço da humanidade, eis a tarefa do geógrafo. Um exercício de racionalização aberta, que dialoga com o acaso e com o risco, com a experiência, com o mundo exterior, supondo sempre que o nosso saber não esteja completo e que algo novo venha modificá-lo. Um esforço de estarmos sempre buscando o que é o mundo hoje e o que é o espaço geográfico hoje, se quisermos compreender e sermos compreendidos pelos jovens. É certo que o mundo que buscamos entender está em gestação e é preciso imaginação geográfica para abarcar problemas que ainda se estão formulando. Só a filosofia nos instrui a imaginação. E por que não dizer uma filosofia do espaço do homem!

Cabe ao geógrafo propor uma visão totalizante do mundo! Entendendo a “totalidade como o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações e em seus movimentos” (SANTOS, 1996).

Pensar a Metrópole a partir do mundo, certamente irá contribuir para melhor entendermos o Brasil, a Metrópole e o Mundo!

Para tanto, faz-se importante estarmos sempre buscando reformar o pensamento geográfico. Para darmos conta do movimento do mundo a nossa volta, é preciso mobilizar nossos pensamentos, estimularmos a razão crítica e superarmos aquela razão imobilista, submissa ao mercado, aos dogmas daqueles cientistas que

não querem saber de nada que esteja fora de sua especialidade e que se negam à reflexão filosófica, isso porque, por preguiça ou comodismo, negam-se ao exercício do discernimento do mundo, a estabelecer a conexão com a nova cultura científica de hoje.

É preciso termos claro para nós mesmos qual a pertinência de nossa ciência e podermos, sem medo, conhecer os novos paradigmas que hoje derrubam os modelos deterministas cartesianos, newtonianos, que nos descreviam um mundo sólido, bem estruturado, em que a maioria das coisas é previsível e onde a ação provoca uma reação igual e contrária. É preciso sair do comodismo que essas leis universais nos ofereciam e inteirarmo-nos das idéias para um novo mundo que se afigura com as descobertas de Einstein, Heisenberg, Bohr, e abriremos a possibilidade de uma nova visão de mundo.

Não há quem duvide de que vivemos um novo modo de organização da complexidade do mundo. O sentido das transformações, resultado da profusão das relações em escala mundial, a que chamamos de globalização, é um processo histórico de incorporação da vida material ao espaço. Este, o espaço banal, é um híbrido originário da conjugação interativa entre os sistemas de objetos, produtos das ações que, historicamente, o homem foi incorporando à natureza e que, ao mesmo tempo, condicionam a forma como se dão as ações no tempo presente (SANTOS, 1996).

Assim visto, como uma estrutura em processo de totalização, o assim chamado espaço global ganha força explicativa e significação, à medida que buscamos identificar no lugar a forma e dimensão de sua manifestação, descobrindo as regras de transformação pelas quais está constantemente sendo reestruturado.

O lugar é, ele mesmo, extremamente complexo e contém já em si todas as possibilidades, por assim dizer, o mundo em preparação, de modo que não podemos prever todas as possibilidades. O lugar mantém certa unidade com o mundo e, em dadas circunstâncias, o reproduz, revelando-se como possibilidade também de irredentismo.

Nesse sentido o lugar dá o recado: é o lugar que nos ensina o mundo. É no lugar que o mundo se manifesta de forma sistêmica, em sua totalidade complementar, em suas mais diversas dimensões: material, lógica, temporal, política, cotidiana.

Trabalharmos todas essas ou mais dimensões do mundo no lugar impõe-nos um procedimento reflexivo que não se limite a descrever a realidade ôntica, mas ponha-a em questão e interprete-a, articulando-a com a ontologia. “Uma ontologia é uma teoria do que existe. Dizer que alguma coisa tem *status* ontológico é dizer que existe” (HARVEY, 1980, p. 248).

A existência é um meio entre o real dado, a situação e a realidade que é um componente estrutural do pensamento. O caminho que devemos então percorrer é aquele que nos permita atingir a existência do mundo no lugar e, com o cuidado de não nos arrogarmos construir arbitrariamente o sentido do lugar no mundo, permita apreendermos e interpretarmos as significações que são dadas ao mundo no lugar, interrogá-las a partir delas próprias, sobre as ações e objetos que as criam e as organizam. “A reflexão é uma exegese do existente” (RESWEBER, 1979, p. 56).

A METRÓPOLE ATIVA: DE UMA SITUAÇÃO A UMA VISÃO CRÍTICA

Envilecido o sentido histórico do presente, assim como as expectativas futuras em nome da urgência na obtenção das metas estatísticas de crescimento econômico, dinamização e integração dos mercados e/ou dos territórios, alienam-se sociedades, regiões e nações que, passiva e cegamente, curvam-se aos desígnios, aos ideais e ao tempo despótico das normas e formas organizacionais comandadas pelos sistemas de ações hegemônicos do mercado e da política globalitária.

Viabilizada pelo desenvolvimento técnico e progressos obtidos com as telecomunicações e informatização do território, as empresas, as corporações estendem a área de produção, dividem e especializam o trabalho, segmentam o território e o mercado, o que exige aprofundarem as relações de solidariedade organizacional entre pontos distantes que, ao tempo desejado pelas mesmas empresas, recebem verticalmente ordens e normas estabelecidas de fora, muitas vezes supranacionais.

Diferentemente da lentidão que permitiu que a formação de identidades regionais se fizesse orgânica e solidariamente, hoje, num mundo em que as coisas se transformam tão depressa, nas regiões e, principalmente, nas regiões metropolitanas, há uma multiplicação e uma hierarquização do tempo social e uma seletividade ainda maior no uso do território.

Situação crítica dessas regiões passivas e obedientes ao imediatismo e precisão pragmática das políticas das empresas que regulam e reorganizam o trabalho social ao seu talento e usam o território como recurso para alcançar resultados de curto prazo. São principalmente as regiões metropolitanas que concentram as condições técnicas e informacionais necessárias para viabilizar o exercício dessas políticas sem outro compromisso que aquele privatístico e conveniente à menor minoria da sociedade.

Comovente fenomenologia da existência cotidiana das sociedades metropolitanas. Subespaços da Metrópole passiva, local onde a política heteronômica manifesta abertamente todas as misérias e vazios mascarados pela maior liberdade e imediatismo que perpassam as mais íntimas manifestações da consciência individual e até mesmo do comportamento social. Externamente articulados por fluxos velozes, mas que não têm finalidade outra que os mesmos propósitos e repetitivos fins individualistas e restritivos, esses locais não são dinâmicos, não envolvem criatividade. Aqui, na Metrópole passiva, os subsistemas de ações hegemônicas, sem motivação ou consideração futura, reproduzem ampliadamente o presente e são, portanto, cegas e conservadoras.

A despeito de todo tipo de comportamento imitativo que se impõe à força da informação midiática, na Metrópole, a presença do povo torna-se mais visível, fazendo-se mais difícil escamotear sua criatividade cultural (FURTADO, 1999, p. 63).

Comovente fenomenologia da existência cotidiana das sociedades metropolitanas. Subespaços da Metrópole ativa, lugar do espetáculo da vida ativa, manifestação das ações políticas autônomas de abrangência societária, lugar da presença ativa dos homens juntos, unidos pela descoberta do que cada um é perante o mundo e perante o outro, descoberta criadora de solidariedade de outra ordem, insurretas, conduzidas pela emoção e pelo corajoso enfrentamento cotidiano do futuro.

"La pensée y reçoit en toute chose une impulsion plus rapide et plus puissante, les idées y circulent plus librement, les métropoles y son comme de vastes centres intellectuels où viennent resplendir et se combiner tous les rayons de l'esprit humain" (TOCQUEVILLE, 1961, p. 248).

São duas maneiras de viver, dois planos diversos de uma cultura, usos distintos de um território: num vive-se uma vida ativa em busca de autonomia política e liberdade; noutra, vive-se uma vida passiva, auto-regulada e submissa diante da voracidade das políticas de mercado.

Não podemos, portanto, aceitar a falência da capacidade propositiva e transformadora dos grandes números, ou seja, a impossibilidade de emergência de formas surpreendentes de convívio criativo, vivenciadas em contextos urbano-metropolitanos. Apesar da compreensão dos problemas das grandes cidades – cuja existência imediata seria absurdo esquecer – é tarefa irrecusável identificar elos ativos entre urbanização e estruturação das experiências de classe, entre qualidade da vida urbana e configuração de forças sociais, vínculos criativos e criadores entre experiência urbana e conformação da vontade coletiva, elos culturais entre urbanização genérica e vida metropolitana – é irrecusável um compromisso analítico que leve em conta as conjunções transformadoras capazes de alterar o futuro das sociedades (RIBEIRO, 2000, p. 241).

NO LUGAR: O SENTIDO REENCONTRADO

O lugar nos ensina o mundo. Vivemos cotidianamente o mundo no lugar. Mas o que se nos aparece cotidianamente são, no mais das vezes, os aspectos truncados e banais do mundo e “nada talvez deforme mais a observação do que a banalidade do espetáculo cotidiano: ver a mesma coisa a cada dia é quase não vê-la (BRAUDEL, 1989)” (KAHIL, 2005, p. 7203).

Conjugando diferentes tempos, o lugar é a própria escola da experiência de todos (KAHIL, 2005, p. 7203). Mas o lugar não é uma esponja que absorve o mundo – entre a disciplina metálica das ações hegemônicas da economia e da política e o caráter errante da periferia da vida –, o lugar é também lugar das ações compartilhadas, que nos permitem demolir idéias, convicções – promessa de solidariedade, responsabilidade, liberdade (Ibidem).

“Os lugares são reveladores, basta atingi-los. Essa ruptura manifesta nos lugares pela alegria que irradiam deve ser também compreendida não como visão forjada pelo mundo (o da globalização), de incerteza e de caos: nos lugares busca-se furiosamente a liberdade” (SOUZA, 1997).

Contra os aspectos aparentemente inescapáveis e imutáveis do mundo, em que a repetição das ações não exige nem concentração nem discernimento, o inesperado, a surpresa é a possibilidade de ruptura, transformações e revelações capazes de restituir o sentido do mundo (KAHIL, 2005, p. 7203). Contra a univocidade e fixação da racionalidade técnica impondo uma *routine* esquecida do

possível resgate dos sentidos, uma contra-racionalidade inverte a rota do presente inerte, homogêneo e previsível, entreabrindo universos de sentidos, exatamente pela compreensão da presença e da coexistência no lugar, de todo mundo (Ibidem).

A Metrópole é o lugar em que o mundo se move mais fortemente, comovemos! Aqui, somos impelidos a operar distinções, reconhecemos o outro, convivemos com o diferente. Tal co-presença exige, por assim dizer, mais consciência, e “por isso, a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também as lições e o aprendizado” (SANTOS, 1994).

Reencontrar o sentido do mundo no lugar implica em não se contentar pensar o mundo em que sou e estou (KAHIL, 2005, p. 7203). Ao invés de viver no lugar uma vida passiva, de existência privada e individualizada, é a vontade de saber o mundo, o outro, que abre as possibilidades de abandonarmos as posições emolduradas que restringem a autonomia e a liberdade (Ibidem). O conhecimento do outro, a interação do meu mundo com o outro é um ato de audácia que destrava os contextos ou situações herdadas, auto-referenciadas, não argumentativas, para robustecer o mundo da vida por meio de ações compartilhadas (Ibidem). É assim que “o mundo ganha sentido por ser esse objeto *comum* alcançado através das relações de reciprocidade que, ao mesmo tempo, produzem a alteridade e a comunicação” (SANTOS, 1996).

Todo um conjunto de razões históricas explica a força de expansão desse movimento complementar e dialético que atualmente permite trabalharmos o espaço do lugar em função do espaço mundial.

À semelhança das grandes transformações no espaço e tempo mundiais, no lugar é que se manifesta a existência daquele processo de reestruturação técnico-organizacional a que chamamos de globalização; assim, quando restringimos o espaço de observação, temos o acontecer, o acontecer que se quer, crê-se único.

O que é paradoxal é que o próprio processo de globalização permite justamente a descoberta da diferença e a possibilidade de as sociedades locais desenvolverem um sistema alternativo de idéias e de vida, naquele quadro geral da globalização e mundialização.

“No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 1996).

As cidades grandes, as Metrópoles têm essa função. Elas são o lugar do conflito e ao mesmo tempo o lugar das buscas de união. “Com isso as cidades grandes são lugares absolutamente únicos, prenes de significações ilimitadas no desenvolvimento da existência anímica; elas se mostram como uma daquelas

grandes formações históricas em que as correntes opostas que circunscrevem a vida se juntam e se desdobram...” (SIMMEL, 2005).

A análise do espaço do lugar não se esgota, portanto, na caracterização dos vetores de sua globalização, que aí se instalam para impor sua nova ordem; a singularidade dos lugares, sua especificidade e exclusividade cultural impedem a generalização do processo de forma homogênea - algo resiste. Entre o que resiste e o que quer mudar, novas horizontalidades vão sendo criadas e novos exercícios de solidariedade vão se constituindo segundo novas formas e normas instituídas “rentes ao chão” – um caminho que leva, da descoberta da situação crítica em que nos encontramos, à consciência e visão crítica do mundo.

Malgrado no horizonte mundial toda exaltação solene de valores éticos e políticos proclame responsabilidade pessoal perante a humanidade e seu meio e responsabilidade diante do incerto devir e da urgência de repensarmos os limites e valores de nossas ações, vivemos, com frequência inconscientemente, processos dotados de tamanho automatismo próprio que não nos damos conta da necessidade de encontrarmos o sentido de tais questões; chegamos mesmo a negar recorreremos àquela capacidade mais humana de que somos dotados: a reflexão.

Encorajados pela mídia, no mais das vezes realçamos em nossos estudos da Metrópole seus aspectos mais trágicos e perversos, quando na Metrópole já acontecem fenômenos de enorme conteúdo teleológico, apontando para um futuro diferente e melhor (SANTOS, 1994).

Mais uma vez é preciso recuperarmos os sentidos da palavra utopia: ela é um lugar que é um outro lugar. Ela é, num outro sentido, a expressão de todas as potencialidades de um grupo de atores sociais que se encontram recalcadas pela ordem existente, isto é, a utopia é um exercício da imaginação para pensar um “modo diferente de ser” do social. As utopias sociais têm em comum o objetivo de minar por dentro a ordem social sob todas as suas formas. Daí é preciso cuidado porque o fenômeno utópico pode assumir cores opostas, conforme a utopia é reivindicada por um grupo privado de poder ou denunciada pelo grupo que a utopia ameaça. Isto é, é utópico tudo aquilo que, para os representantes de uma ordem estabelecida, é tido, ao mesmo tempo, como perigoso para essa mesma ordem.

Daí a dificuldade de definirmos uma utopia pelo seu conteúdo. A unidade do fenômeno utópico não resulta de seu conteúdo, mas de sua função que consiste sempre em propor uma sociedade alternativa, imaginada, que também é uma ucronia, um outro tempo (RICOEUR, 1986).

Hoje, se quisermos resistir, mais que nunca é preciso buscar apoio ao nosso pensar e sentir comuns; é preciso apressarmos aquela posição no futuro. É preciso reflexão, imaginação, se quisermos com nosso trabalho de pesquisa, nossa busca de explicação do mundo – e essa é a tarefa que a sociedade espera do professor, pesquisador, e é para tal que somos pagos – apresentarmos idéias com força política – uma reflexão política que seja uma ética alargada à cidade e, portanto, uma reflexão também estética sob a consideração de um bem que não seja apenas o do indivíduo, mas o do todo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. *Mínima Morália. Reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Ática, 1993.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer – O poder soberano e a vida nua*. Minas Gerais: Editora UFMG, 2002.
- ARENDT, H. “A *Vita Activa*” in: *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 15-19, 1991.
- BRAUDEL, F. *A Identidade da França*. São Paulo: Globo, 1989.
- CASSIRER, E. *Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*, São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FURTADO, C. *O Longo Amanhecer. Reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*, São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- HÖFFE, O. *Justiça Política..* Petrópolis: Vozes, 1991.
- KAHIL, S. P. Usos do Território: uma questão política. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. São Paulo 20 a 26 de março de 2005. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo; USP, 2005, p. 7193-7204.
- LIMA, L.O. *A Construção do Homem segundo Piaget*. São Paulo: Summus, 1984.
- LIPOVETSKY, G. *L'ère du vide. Essais sur l'individualisme contemporain*. Paris: Gallimard, 1983.
- MACINTYRE, A. *Depois da Virtude*. São Paulo: Edusc, 2001.
- MATOS, O. “Modernidade e Mídia: O Crepúsculo da Ética.” in: SANTOS, D.(org) *Ética e Cultura*. São Paulo: Perspectiva: Sesc – Debates/nº 299, 2004.
- NIETZSCHE, F. W. “A Gaia Ciência” in: *Obras Incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 2ª ed., 1978.
- ORTEGA Y GASSET, J., *Meditação da Técnica. Vicissitudes das ciências. Cacofonia na Física*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Ltda., 1963.
- PROUST, M. *Em Busca do Tempo Perdido. No caminho de Swann*. Porto Alegre: Ed. Globo. V. I. 1981.

RIBEIRO, A.C.T. “FACES Ativas do Urbano: mutações num contexto de imobilismos”. *in: RIBEIRO, A.C.T. (org) Repensando a Experiência Urbana da América Latina: Questões, Conceitos e Valores*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RICOEUR, P. *Du Texte à L’Action. Essais d’herméneutique, II*. Paris: Editions du Seuil, 1986.

RESWEBER, M. *O Pensamento de Martin Heidegger*, Coimbra: Almedina, 1979.

RORTY, R. *Objetividade, Relativismo e Verdade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1997.

SANTOS, M. “Metrópole: a força dos fracos é o seu tempo lento”. *In: Técnica, Espaço e Tempo*. São Paulo Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo. Razão e Emoção*, São Paulo Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *A Técnica em nossos dias – a Instrução e a Educação*. Conferência proferida em 4/12. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 1997.

SIMMEL, G. *Philosophie de l’argent*. Paris: Quadrige / PUF, 1987.

_____. “As Grandes Cidades e a Vida do Espírito” (1903). *in: Revista Mana*, Rio de Janeiro, 11 (2): 577-591, 2005.

SOUZA, M. A. *O Lugar de Todo Mundo. A Geografia da Solidariedade*. Texto apresentado em Seminário organizado pelo Programa de Pós-graduação e Depto. De Geografia da UFBA, Junho, 1997.

TOCQUEVILLE, A. *De la démocratie en Amérique*, vol I. Paris: Éditions Gallimard, 1961.

WOLFF, F. *Aristóteles e a Política*, São Paulo: Discurso Editorial, 2000.